



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3/2023 – Sessão Ordinária de vinte e um de junho de 2023

-----Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, tendo dado a palavra à senhora Primeira a Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões.-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldês;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Ricardo José Duarte Ventura;-----

-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----

-----União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Góis"); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----

-----**FALTAS:** -----

-----Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta dos seguintes membros: -----

----- João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata);-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches (Partido Social Democrata); -----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que a Mesa considerava justificadas as suas faltas, nos termos legais.-----

-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----

-----Foram substituídos os seguinte membros: -----

----- João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Hugo Miguel Nunes Gonçalves.--

----- Adriana Flávia Amaro Martins Sanches foi substituída por Erminda Maria Alves Muro. -----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----Vereadores:-----

-----Nuno Miguel Martins Bandeira; -----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Graciano Antunes Rodrigues;-----

-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----

-----Havendo “quórum”, foi pela Segunda Secretária lida a Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata nº 2/2023;-----

-----2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Eleição de um autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal de Góis/alínea e), do artigo 157º do decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de agosto;-----

-----2. Discussão e votação da proposta da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2/Rota da Estrada Nacional 2 – Projeto de Interesse Municipal;-----

-----3. Discussão e Votação da Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais-----

-----4. Discussão e Votação do Início do Procedimento Oficioso Pré-Contratual Tendente à Celebração de Contrato de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público ao Operador Transdev Interior, S.A.-----

-----5. Discussão e Votação da Prestação de Contas Consolidadas/Ano 2022;-----

-----6. Conhecimento da Certificação Legal de Contas Consolidadas/Ano 2022;-----

-----7. Conhecimento da Comunicação Periódica da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2023;-

-----8. Conhecimento do Relatório da Atividade Municipal e da Situação Financeira.-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 2/2023**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº2/2023.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Hugo Miguel Nunes Gonçalves e Erminda Maria Alves Muro, não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais. -----

-----Deu conhecimento da sua presença na sessão de apresentação da Agenda do Turismo para o Interior, iniciativa que ocorreu no dia 9 de maio, no Teatro Municipal da Covilhã, tendo sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentadas medidas que visam dinamizar o turismo no interior do país valorizando o território, preservando e potenciando os recursos naturais e histórico-culturais, bem como modernizar e digitalizar a oferta turística. Referiu ainda que existem diversas medidas, poucas destinadas a Municípios, sendo maioritariamente reservadas a empresas sobretudo na área da restauração, animação turística e artesanato. Mais referiu a existência de um fundo de apoio à produção cinematográfica com majoração às produções realizadas em territórios de baixa densidade, com uma comparticipação de 40% do valor do investimento. Neste sentido referiu que fruto da homenagem à senhora Dr.ª Filomena Amaral, na 25ª Feira do Livro, escritora que editou dois livros dedicados a Góis, a mesma mencionou o seu desejo que uma das suas obras fosse reproduzida numa produção cinematográfica, podendo ser esta enquadrada na referida medida. Ainda sobre esta sessão referiu que o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal também esteve presente sendo opinião de ambos que seja realizada no nosso território uma sessão de apresentação destas medidas junto do público alvo das mesmas. -----

-----Deu também conhecimento da sua presença numa reunião da ANAM, realizada no p.p. dia 16.06.23, em Coimbra, tendo sido objetivo da mesma auscultar os Presidentes das Assembleias Municipais sobre os constrangimentos com que se debatiam para o bom funcionamento do órgão deliberativo e quais as soluções, no sentido de que a Direção da ANAM irá reunir com o senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território pelo que desejam apresentar algumas questões que pudessem vir a ser alvo deste organismo. Referiu que um dos constrangimentos apontados, maioritariamente pelos presentes, foi o facto de a Assembleia Municipal não ter um orçamento autónomo em virtude de o orçamento da Assembleia Municipal está incluído no orçamento da Câmara Municipal. Mais referiu que tal facto trará alguns constrangimentos quando não existe consonância entre ambos os órgãos, felizmente não é o caso do Góis, porém, existem algumas assembleias municipais que se debatem com esse mesmo facto. Um outro assunto debatido nessa reunião foi a falta de meios que a Assembleia Municipal tem para o exercício da sua competência, nomeadamente, a fiscalização da atividade da Câmara Municipal, sobretudo no âmbito com a delegação de transferências das competências.-----

-----Terminou, dando conhecimento do agradecimento da família do senhor Comendador Rui Nabeiro à Assembleia Municipal de Góis pela atribuição do Voto de Pesar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente no âmbito do mecanismo nacional anti corrupção questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se Município de Góis se encontra a elaborar o Plano de Prevenção e Riscos de Prevenção e Infrações Conexas, pelo facto de ser um procedimento obrigatório, a todas as entidades de direito público-privado, com mais de 50 trabalhadores. -----

-----Referiu que na sessão ordinária de junho, do ano transato, foi eleito um representante do Município de Góis para integrar o Conselho da Comunidade do ACES PIN Norte, tendo posteriormente a este ato sido realizada reunião com os senhores líderes da bancada, a sua pessoa, o eleito senhor Enfermeiro David Coelho, e a senhora enfermeira Isabel Afonso, convidada. Nessa mesma reunião foram elencados alguns problemas que urgem ser objeto de resolução no sentido de uma melhor prestação dos serviços de saúde no concelho. Referiu que, volvido um ano, ainda não foi realizada qualquer reunião do Conselho da Comunidade do ACES PIN Norte ainda que a legislação para o efeito refira que o Conselho da Comunidade reúna, ordinariamente, uma vez por semestre, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se tem alguma informação nesta matéria.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que sobre a reunião do Conselho da Comunidade do ACES PIN Norte não tem qualquer informação, prevalecendo-se para informar ter falado com o senhor Dr. Victor Bernardo, Diretor Executivo do ACES PIN, não tendo sido mencionado o referido assunto. Em relação ao Plano de Riscos de Prevenção e Infrações Conexas referiu que o assunto estar a ser tratado, pelo que oportunamente será prestada mais informação nesta matéria.--

-----O senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso, em nome do Grupo Municipal do PSD, parabenizou todas as marchas participantes, no evento Marchas Populares em Góis, felicitações extensivas ao Município de Góis pela excelente organização desta iniciativa, tendo sido uma grande noite de animação e diversão. De igual modo parabenizou o Grupo 74 Escuteiros de Góis pela organização do Desfile de Materiais Reciclados e todos os participantes. Felicitou o Município de Góis pela obtenção, mais uma vez, do Galardão Bandeira Azul às Praias Peneda/Pêgo Escuro e Alvares, bem como a Bandeira e Selo de Município Amigo da Juventude, com a categoria de quatro estrelas, reconhecimento do trabalho em prol da juventude.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus mencionou a sua desilusão pelo facto de, desde do ano de 2014, se debater para que a delegação de competências prevista no âmbito da Lei nº75/2013 venha ser uma realidade, facto que até à data ainda não se consolidou conforme tem sido sua pretensão de há cerca de dois anos e, mais recentemente, com o ato de transferência de competências. Referiu ter reunido, no dia 10.05.23, com a Câmara Municipal, tendo no dia 18.05.23 solicitado nova reunião, a qual foi realizada no dia 22.05.22, realçando que a proposta apresentada pela Câmara Municipal não estaria em conformidade com o que era sua pretensão, porquanto as estradas patentes no documento são municipais sendo sua intenção de serem as existentes nas aldeias. Posteriormente, no dia 06.06.23, foi remetido um e-mail, por parte da Câmara Municipal, questionando se a União de Freguesias concordava com o ato de transferências, reiterando as suas palavras dirigidas ao senhor Presidente que não teria meios humanos, nem materiais, para limpeza das estradas municipais, sendo apenas sua pretensão a limpeza das aldeias. Referiu que a União das Freguesias está disponível para colaborar com o Município em todas as áreas que lhe seja possível. Ainda nesta matéria referiu ter solicitado parecer à CCDRC, tendo reunido nesta organização, tendo obtido como resposta que a Câmara Municipal teria que ser ouvida para que lhe fosse emitido parecer por escrito. Contudo, referiu que, de acordo com a legislação, é competência do Município a celebração desses contratos. Referiu que até à data ainda não há qualquer resposta por parte da Câmara Municipal sendo sabido que até ao dia 30.06.23 teria de ser dada resposta à DGAL, tendo presentemente uma única saída que é celebrar um contrato de delegação de competências e esquecermos o ato de transferência de competências. Reiterou as suas palavras de colaboração com a Câmara Municipal, salientando não poder estar sozinho na resolução de um problema da competência do Município. Ainda sobre esta questão referiu ter feito um levantamento de vários municípios de norte a sul, não tendo o processo de transferências sido igual em todos estes, porquanto se trata de um processo negociável, conforme plasma legislação, Decreto-Lei Nº58/2019 e na Lei nº75/2013, não querendo valores que outros municípios transferem para as freguesias, sendo que não podemos e nem devemos estar a prejudicar a freguesia substituindo-se à Câmara Municipal nesse mesmo trabalho, uma vez se recebermos contrapartidas para executarmos um trabalho que não é nosso, permite-nos fazer obra em prol da freguesia, reiterando as suas palavras de não querer deixar de fazer esse trabalho e de colaborar, mas efetivamente esperava que nesta sessão outro ponto de situação que não o atual, mas como afirmou está de boa fé e pensa que a Câmara Municipal também irá estar de boa fé e que não vamos fazer o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ato de transferência de competências, mas que possamos celebrar um ato de delegação e competências.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o senhor Carlos da Conceição Jesus respondeu à proposta remetida pela Câmara Municipal, anexando dois pareceres, sendo que não se irá pronunciar em relação aos mesmos. Em relação à questão das competências sobre a Lei nº75/2013 referiu que a Câmara Municipal também tem um parecer que não diz bem aquilo que eventual a ANAFRE refere ou até mesmo a CCDRC, sendo tratar-se de uma outra questão. Referiu ainda que a Câmara Municipal ainda não procedeu a uma resposta sobre o assunto em questão, não pelo facto de não desejar transferir competências, sendo que o senhor Presidente da União de Freguesias fez uma intervenção no sentido de a Câmara Municipal esteja de má fé neste processo facto que não corresponde à verdade. Mais referiu que somente estamos a 21.06.23 e, certamente que o senhor Presidente da União de Freguesias irá ser convocado, antes do final do mês em curso, para conversarmos e chegarmos a um consenso em relação à proposta apresentada e que a mesma seja equilibrada e que vá ao encontro das suas pretensões no estrito e respeito do cumprimento da legislação, sendo essa a posição do Município de Góis.-----

-----O senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves questionou o senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento relativamente à polémica instalada na freguesia de Alvares sobre um terreno oferecido ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares para ali ser instalado uma unidade de cuidados continuados, porquanto, recentemente, foi publicada na página desta IPSS o seguinte que passou a citar: *“Hoje partilhamos a obra que tem vindo a decorrer junto ao Lar de S. Mateus. Esta obra vai dar origem a uma garagem para os carros da instituição, bem como espaço de arrumação”*. Referiu que no dia 17.06.23 registou-se um sismo no concelho de Pampilhosa da Serra tendo-se também sentido em Mega Cimeira.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que o ano letivo, para alguns alunos, do Agrupamento de Escolas de Góis já terminou, pelo que desejava ter conhecimento se o ATL de verão já se iniciou, ou para quando é que está previsto o seu início. Referiu ainda que no ano transato o ATL de verão acolheu somente numa turma os alunos com idades dos 03 aos 12 anos tendo sido programadas as mesmas atividades para as diversas faixas etárias, pelo que questionou se no presente ano foi equacionada a possibilidade da existência de pelo menos duas turmas com ações específicas para cada uma destas, ou se o ATL irá funcionar nos mesmos moldes do ano de 2022.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Recentemente Góis foi contemplado com a visita do Passeio Portugal de Lés a Lés o que à semelhança de outros passeios e provas muito se congratula e nada tem a opor a este tipo de iniciativas. Contudo, questionou se as despesas desta iniciativa, na vila de Góis, foram somente assumidas pela Câmara Municipal ou se também foram custeadas por outra entidade. Ainda sobre esta iniciativa referiu que a mesma teve paragem no Parque do Cerejal, tendo tido uma afluência de motociclistas em toda esta zona, nomeadamente junto ao edifício sede do AEG, não havendo do local nenhum agente das forças policiais, tendo na hora de recolha das crianças criado alguns constrangimentos no trânsito por causa do estacionamento das motas quase no eixo da via. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o início do funcionamento do ATL de verão está previsto para o dia 03.07.23, sendo que quanto à disparidade de idades dos alunos que irão frequentar o ATL referiu que entende que estão a ser elaboradas atividades em função das idades. ---

-----O senhor Vice-Presidente referiu sobre o passeio Portugal de Lés a Lés no nosso território surgiu pelo facto de o Município ter sido abordado pela Federação de Motociclismo de Portugal sobre o interesse de Góis acolher uma das passagens questão que mereceu da nossa parte uma resposta afirmativa, tendo a escolha para essa paragem recaído no Parque do Cerejal, pelo que outras Entidades foram parceiras da Câmara Municipal nesta iniciativa, o Góis Moto Clube e a Lousitânea, tendo esta primeira apoiado na logística e participado no apoio alimentar, tendo a segunda dinamizado uma ação com uma réplica no entrudo das Aldeias do Xisto, na aldeia da Pena. Como participante nesta 25ª edição referiu que o feedback que teve por parte de muitos participantes à receção feita em Góis foi bastante favorável facto que a todos nos deve engrandecer.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu que a sua intervenção prende-se com a intervenção do senhor líder de bancada do PS, na última sessão da Assembleia Municipal, por entender que, presentemente, deveria ser apresentado um pedido de desculpa não somente à pessoa visada na sua intervenção, mas também ao que se passou, posteriormente, com todos os membros da Assembleia Municipal. Referiu entender que na política não vale tudo, ou seja, não vale chegar aqui e dizer isto e aquilo daquela pessoa, pois se a intenção do senhor Ricardo José Duarte Ventura era esclarecer o assunto, na sua ótica, devê-lo-ia ter feito, em privado, junto do senhor Presidente da Câmara Municipal, porquanto em sede de Assembleia Municipal fazer os comentários que entendeu fazer e depois lá fora, com certeza, ter junto da pessoa lesada tentar esclarecer o que se passou resta-lhe afirmar que na política não vale tudo. É um facto que já estamos habituados a que este Executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seja acusado que a única coisa que faz muros e valetas e assim sucessivamente, com certeza começa a ser difícil aceitar aquilo que não foi feito pelo anterior Executivo e, à medida que o tempo vai passando, e as obras vão sendo executadas esta situação, com certeza que começa a entrar lá no fundo e o reconhecimento daquilo que devia ter sido feito e não foi começa a pesar. Reiterou as suas palavras de que na política não vale tudo, sendo que não vale apenas vir aqui dizer mal de alguém, pelo que entende que, no dia de hoje, deveríamos estar perante um pedido de desculpas da intervenção que foi feita, uma vez que fazer comentários sobre o Secretário, a pessoa que trabalha diretamente com o Executivo e, depois na rua, ter dito que talvez não foi bem assim, entende que não está bem. Acrescentou que tivemos a sorte do seu colega de bancada ter chamado a atenção para as palavras proferidas pelo que acha ser de bom tom que o que se passou servisse de exemplo e que no futuro fosse refletido para não voltar a acontecer.-----

-----O senhor Nuno Miguel Nascimento Tavares questionou o senhor Presidente sobre o investimento que poderá vir a ser realizado no âmbito do Programa Mais Habitação na freguesia de Alvares face ao financiamento atribuído ao Município de Góis. Um outro assunto é sobre o ponto de situação do sistema de bombagem de água, em Alvares, para abastecimento de viaturas, consubstanciando-se a sua questão pelo facto da previsão do aumento de temperaturas nesta época do ano seria importante a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis poder contar com esta opção.-----

-----Em relação à questão colocada pelo senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves referiu que está presente na Assembleia Municipal como eleito pelo Partido Socialista e não como membro da Direção do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, pelo que não irá emitir qualquer tipo de resposta. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao Programa Mais Habitação referiu que a previsão para a freguesia de Alvares é de duas habitações propriedade da Câmara Municipal. Em relação ao sistema de bombagem de água referiu que brevemente o equipamento será colocado no local.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado referiu que, após sete anos, é com muito gosto que vê as estradas florestais da freguesia de Vila Nova do Ceira serem limpas com o equipamento da ADESA pelo que agradeceu ao Município os trabalhos que se encontram a ser realizados.-----

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo iniciou a sua intervenção felicitando o Município pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promoção de eventos culturais e desportivos congratulando-se pelo facto da presença do Executivo em atividades promovidas por Grupos e/ou Associações do concelho. De seguida, fez referência ao facto de os tanques de combate a incêndios se encontrarem nas devidas condições, bem como toda a sua envolvência, registando algumas anomalias em algumas bocas de incêndio solicitando que também este assunto possa ser alvo de reparação. Quanto à preparação das Praias Fluviais e zonas de banhos referiu que é visível a manutenção que se encontra a ser realizada nestes espaços, atempadamente ao início da época balnear. Ainda sobre espaços de lazer chamou a atenção para a necessidade de requalificação do parque infantil de Chã de Alvares, bem como o parque de jogos em frente à Secção de Alvares da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis que urge ser intervencionado de modo a que possa ser utilizado pelos jovens nas suas horas de lazer. Sobre intervenções necessárias em alguns arruamentos elencou os que necessitam de ser reparados em algumas localidades da freguesia de Alvares, a par com os estradões florestais, esperando que, após os trabalhos realizados na freguesia de Vila Nova do Ceira, possa a sua freguesia ser alvo desses mesmos trabalhos. Referiu que foi confrontado por alguns munícipes relativamente ao atraso existente em alguns processos de obras particulares pelo que questionou o porquê desta situação no sentido de poder esclarecer quem o interpoulu. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal endereçou, em nome da Câmara Municipal, felicitações ao senhor Amílcar Aleixo, na qualidade de proprietário da Proresina, pela revalidação do prémio de PME Líder. Relativamente ao parque infantil de Chã de Alvares referiu que, por questões de segurança, todo o equipamento foi retirado do local, pelo que futuramente terá que se equacionar um projeto para toda esta zona. Quanto ao campo de jogos referiu que efetivamente terá que ser intervencionado de maneira a que o espaço reúna condições para a prática de desporto. Em relação às necessárias intervenções nos arruamentos referiu estarem sinalizadas pelo que estando a decorrer um procedimento de aquisição de betuminoso oportunamente serão os trabalhos realizados. Em relação ao atraso que se verifica nos processos de obras particulares referiu lamentar a situação salientando que apesar dos esforços ainda não se conseguiu atingir uma capacidade de resposta mais célere tendo explicado a reorganização que houve nos serviços da DGUPA para que se possa ter diferentes procedimentos na análise de processos. -----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês referiu associar-se às felicitações dirigidas às atividades realizadas no concelho sendo as mesmas ilustrativas que há vida no interior, há vida e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinamismo no nosso concelho. Nas suas palavras destacou todos quantos deram o seu contributo e colaboraram para a realização das mesmas tanto ao nível institucional, como também ao nível do voluntariado por parte da sociedade civil reiterando o seu agradecimento a todos. Ainda sobre as atividades realizadas destacou o IV Gravity International Freeride, promovido pelo Clube Rota da Jerupiga, o Rally de Portugal, ao qual se associou, numa excelente organização, o Município de Góis; o Dia Mundial da Criança pelas ações levadas a efeito no Parque do Cerejal; bem como a exposição de pintura “Dois projetos, dez obras” do pintor Rui Aço; o Debate-público “Liderança no Feminino”, registando que acompanhou esta atividade e pelo que constatou existem grandes lideranças do feminino no nosso concelho; o Festival Literário do Interior Palavras de Fogo, no presente ano, sob a égide a arte, a cultura como reanimadores de uma região, numa parceria com outros concelhos. Por último, felicitou o Município pela requalificação do Parque Infantil Hugo Miguel Piteira Barata, apelando para que todos contribuam para a manutenção deste espaço público.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que efetivamente este mandato têm sido bastante ativo em atividades, sendo que muitas destas são contínuas e iguais o que, naturalmente, poderá criar uma fadiga por parte do público alvo, levando a que algumas destas possam não ter um número suficiente de público presente. Dos projetos constantes nas GOP's desejava ter conhecimento se parte destes, os quais poderiam ser financiados, se já têm alguma evolução no sentido de se concretizarem. Sobre os projetos vencedores dos Orçamentos Participativos anteriores desejava também saber qual o ponto de situação da realização dos mesmos porquanto é de todo importante que estes sejam efetivados. Sobre os projetos de obras particulares referiu que, apesar dos esclarecimentos do senhor Presidente, é importante que estes tenham um outro tratamento uma vez que ainda há quem deseje fixar residência no concelho sendo efetivamente de bom tom que a apreciação e validação destes processos seja rápida de forma a não desanimar quem por cá deseja viver. Sobre a zona do Parque Municipal referiu ser importante que a via de acesso seja requalificada a fim de dar uma melhor dignidade a todo este complexo, bem como para quem ali circula o faça com boas condições de segurança, pelo que questionou se está prevista a beneficiação desta estrada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em relação a investimentos que constam nas GOP efetivamente alguns destes encontram-se em curso, outros já se concluíram, sendo que alguns destes têm a primeira fase concluída e a segunda em início de procedimento, tendo apresentado como exemplo a Requalificação Urbana do Largo António Nogueira Pereira (Terreirinho)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Ruas Envolventes, obra financiada pelo Portugal 2020, estando praticamente a entrar na reta final, havendo alguns constrangimentos, porquanto a empresa tem outras obras, em curso, em outros municípios, pelo que os trabalhos não estão a ser tão céleres quanto o desejávamos, tendo para o efeito apresentado alguns fundamentos. Em relação à ligação ao Parque Municipal referiu estar projetada prevendo-se que se inicie num futuro próximo, tendo sido equacionada no sentido da vila para este complexo, sendo que futuramente é intenção fazer-se a ligação à EN2. Quanto aos projetos vencedores dos Orçamentos Participativos dos anos anteriores referiu que no que concerne à piscina a mesma não poderá ser edificada conforme projeto apresentado, pelo que é intenção da Câmara Municipal a aquisição de um equipamento amovível para ser colocado no leito do rio. Quanto à aquisição de cisterna sendo a Câmara Municipal a entidade que irá adquirir teve-se que proceder a retificação do IVA, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos, pelo que está em curso o processo para a aquisição deste equipamento, havendo ainda, algumas fases de outros projetos que se encontram em curso, como o campo de voleibol na Praia Fluvial da Peneda, havendo outros que somente no final da época balnear é que se poderão concretizar como a requalificação das bancadas e wc's do Parque do cerejal.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura na sequência das palavras do senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira dirigidas à sua pessoa questionou o próprio se esteve presente na última sessão do órgão deliberativo ou se até mesmo procedeu à leitura da Ata ora aprovada, em virtude de a sua pessoa, no uso da palavra, ter sido bastante claro quanto às palavras que proferiu. Referiu que na anterior sessão da Assembleia Municipal, no uso da palavra, não fez qualquer tipo de acusação, apenas questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se teria conhecimento de determinadas situações, tendo a sua questão sido devidamente respondida e o assunto ficou encerrado. Acrescentou, que qualquer outro tipo de esclarecimento, fora deste contexto, somente lhe diz respeito a si e às pessoas envolvidas, pelo que não entende o porquê de ter que apresentar desculpas por ter feito única e simplesmente uma questão. Prevaleceu-se da oportunidade para questionar se a bancada do PSD se revê nas palavras do senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves quando, em nome da bancada do PSD, fez um ataque pessoal ao elemento da bancada do PS, Nuno Pedro Tavares Nascimento, sendo do seu conhecimento que este não possui qualquer terreno junto ao lar de S. Mateus, entendendo que a propriedade em questão é do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares, propriedade privada, pelo que não é um assunto a ser discutido em sede de Assembleia Municipal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste sentido, referiu que efetivamente deveria ser apresentado um pedido de desculpas por este ataque pessoal. -----

-----Seguidamente fez alusão ao Rally de Portugal, evento de suma importância para a nossa região, o qual traz algumas centenas de visitantes ao nosso concelho, o que efetivamente é uma mais valia na promoção de Góis, a par com os galardões de bandeira azul obtidos pelas Praias Fluviais da Peneda e Sinhel. Relativamente à Praia Fluvial da Peneda referiu lamentar o timing em que se encontra a ser construído o campo de voleibol pelo que questionou se tal facto não poderá pôr em risco o início da época balnear até pelo impacto que esta obra terá no relvado devido à circulação de viaturas afetas aos trabalhos em curso. Ainda sobre este assunto não pode deixar de estranhar a posição de alguns elementos do PSD que no passado criticavam tudo e todos e, presentemente, mesmo quando as coisas claramente não estão a correr bem vêm elogiar carnavais e pontes de madeira. Quanto à Praia Fluvial das Canaveias referiu esperar que em 2024 possa vir a ser galardoada com a bandeira azul questionando se a Câmara Municipal já tomou alguns procedimentos para que a obtenção deste galardão possa vir a ser uma realidade. Ainda sobre Praias Fluviais questionou se há previsão para que venha a ser criada uma na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal ou se é intenção de melhorar alguma das zonas balneares ali existente de forma a que também esta freguesia possa ser galardoada. Um evento recentemente realizado no concelho foi o Debate-público “Liderança no Feminino” no qual foi destacado o papel da mulher na nossa sociedade reputando-o de excelente, sendo que quanto à Feira do Livro foi também uma iniciativa a que muitos se associaram o que é de salutar, bem como a realização das Marchas Populares congratulando todas as Marchas participantes e todos quantos se associaram a esta iniciativa promovida pela Câmara Municipal, lançando o repto para que numa próxima oportunidade a Autarquia instale no local de apresentação bancadas amovíveis para que um maior número de pessoas possa assistir sentado ao espetáculo, sugerindo ainda que o evento poderia ser apresentado em mais dias. Felicitou o Clube Rota da Jerupiga pela realização do IV Gravity International Freeride, bem como Clube do Empreendedorismo do Agrupamento de Escolas de Góis pela conquista do 3º lugar na Expo- Intermunicipal «Artes e Ofícios, Missão CIM-RC» com o projeto ECO-WOOD. Uma palavra de reconhecimento pela tomada de posse do senhor João Miguel Serra Pratas como Comandante do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis e também para o senhor Nuno Tavares, 2º Comandante, dirigindo votos de bom trabalho no exercício das suas funções. Terminou, solicitando ao senhor Presidente da Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal o ponto de situação do processo da Lusiaves, uma vez que na sessão de fevereiro comunicou que o processo estaria em fase de análise pelos serviços técnicos da Autarquia, pelo que passados quatro meses poderá eventualmente haver uma resposta, até porque o prazo legal de informar o requerente já terá expirado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que é responsável e quando as coisas correm menos bem ou não correm dentro do que estaria previsto e do timing certo, não tem problemas em assumi-lo, mas efetivamente o procedimento demorou mais do que aquilo que era expectável, tendo havido um período de situações climatéricas que tiveram um impacto naquele espaço que levaram a que a maquinaria tivesse calcado parte do relvado. Contudo, referiu que antes da máquina ter entrado neste espaço já os javalis teriam destruído o relvado da Peneda, pelo que se trata de uma questão que teria que ser reparada e irá sê-lo. Relembrou que esta situação não irá pôr em causa o início da época balnear pelo facto desta se iniciar a 01.07.23 e irá iniciar-se em plenas condições, o que não invalida que o relvado possa não estar, ainda, em pleno para ser utilizado, tal como em anteriores épocas balneares. Em relação à possibilidade de se colocarem bancadas amovíveis aquando a apresentação das marchas referiu que foi equacionada essa possibilidade, porém devido a uma árvore não foi possível, quanto à possibilidade de se prolongar o evento por mais dias referiu ser uma questão a ter em conta, porém temos que ter em conta as despesas. Em relação à Lusiaves referiu que a empresa tem dois projetos, um para a Carvalhinha e um outro para o Vale da Lapa, tendo já sido entregue o da Carvalhinha. Referiu ter sido pedido uma suspensão do PDM sendo que a empresa somente entregou o projeto após o prazo de suspensão do PDM tendo o interlocutor da empresa tido conhecimento desse mesmo feito. Referiu que presentemente não se pode suspender novamente o PDM uma vez que legalmente só o poderá ser decorrido quatro anos desde o fim da última suspensão, informando que estão a ser finalizados os procedimentos relativos à revisão do PDM sendo pretensão que antes do final do ano se concretize, estando a empresa ciente desse mesmo facto. Referiu ainda que o processo da Lusiaves se iniciou em 2017 tendo a empresa escolhido mais concelhos para implementar outras unidades, contudo apesar dos processos estarem em situação de avançar também ainda não se iniciou a construção das infraestruturas. Em relação ao Vale da Lapa fez alusão à questão dos limites do território a qual ainda não se encontra resolvida, aguardando a resposta do Município de Lousã, desde 2022, se bem que desde 2020 também não responderam, relativamente ao reconhecimento ou não da zona comum aos dois PDM's em vigor e que no futuro não poderá ser assim. Ainda sobre este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto referiu que a DGT apresentou uma solução em que a zona comum aos dois Municípios ficar como área em conflito, não tendo o aval da CCDRC. Mais referiu que, no dia de ontem, foi novamente remetida comunicação oficial aos órgãos colegiais do Município da Lousã e Junta de Freguesia de Serpins no sentido de emitirem uma resposta sobre o assunto em questão, para que se possa avançar com o processo com as competentes entidades.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta referiu lamentar que o líder da bancada do PS não ter admitido a sua infeliz intervenção, na última sessão da Assembleia Municipal, restabelecendo paz e tranquilidade a este órgão que se pretende que contribua para o sucesso de todos e não que se entre em causas, uma vez que se o “ouvi dizer” que é o que está escrito na ata não é um ataque, muito menos será um ataque o que o senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves fez hoje, ou seja, questionar uma publicação de uma página institucional, i.e., não levantou falsos testemunhos, não ouviu no café, apenas levantou uma questão à qual o senhor dirigente, neste caso o senhor Nuno Miguel Nascimento Tavares, também esteve bem ao não responder neste fórum, devendo responder em sede própria. Relativamente aos projetos elencados pelo senhor líder da bancada do PS referiu não tecer qualquer comentário entristecendo-o ver máquinas na Praia Fluvial da Peneda, nesta altura do ano, salientando que o início da época balnear tem uma data sendo para si a mesma meramente burocrática. Referiu que deveria ser preocupação que, no início do mês de junho, todas as zonas balneares do concelho reúnam todas as condições para a prática balnear para nos anteciparmos aos municípios vizinhos, em virtude de até há bem pouco tempo as nossas praias terem sido únicas e, presentemente, já existirem praticamente em todos os concelhos da nossa região. Porém, referiu que existe uma justificação relativamente aos trabalhos em curso, uma vez que se tratam de projetos anteriormente aprovados pelo o Executivo do PS não os tendo para o efeito executado, sendo que o atual Executivo, com apenas dois anos de mandato, encontra-se a realizá-los, pelo que quando se tenta puxar pelas nossas bandeiras vê-se que existem tantas para trás fundamentais às necessidades básicas das pessoas, realçando não ser fácil dar prioridade às bandeiras que o PSD tinha na campanha.-----

-----Prosseguiu, apresentado um profundo lamento pelo facto de o Projeto de Resolução, apresentado pelo PSD na Assembleia da República, denominado a Competitividade das regiões do interior e coesão territorial, tendo o referido documento sido reprovado, pelo governo socialista, com uma maioria absoluta, apesar de tanto ter falado no interior em campanha. Ainda sobre o referido Projeto-Lei referiu que tinha dois pontos importantes para o nosso concelho sendo o primeiro o não deixar cair a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

requalificação da EN342, uma vez que seria uma mais valia em termos de desenvolvimento empresarial, empregabilidade e fixação de pessoas. Ainda nesta matéria referiu que o Ministro das Infraestruturas, recentemente, referiu que Santarém não será a opção ideal para ali construir um novo aeroporto, ou seja, apesar de o grupo independente ter apresentado os fundamentos para ali ser instalado, estando mais perto da zona centro do país, porém pelas palavras proferidas pelo senhor Ministro da tutela não o será por efetivamente não estar próximo da capital. Ainda sobre este tema referiu que para quem viaja para as capitais europeias tem a oportunidade de verificar que os aeroportos estão situados na periferia do centro das cidades a algumas horas e a muitos quilómetros do centro.-----

-----De seguida, felicitou o senhor Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, Miguel Pratas, felicitações extensivas ao senhor Nuno Tavares, 2º Comandante, fazendo votos de um excelente trabalho no exercício das suas funções para tão prestigiada casa que precisa de todos. Felicitou o Município de Góis pela requalificação do autocarro de 55 lugares, viatura que o Executivo do PS deixou que se degradasse, chovesse dentro da mesma, fazendo que não fosse possível satisfazer o pedido de algumas das nossas instituições, levando a que a Câmara Municipal disponibilizasse duas viaturas, dois motoristas, traduzindo-se num claro prejuízo financeiro para o Município, tendo o presente Executivo tomado como procedimento solicitar a requalificação desta viatura tendo tido a oportunidade de ser passageiro reunindo esta condições que reputou de excelentes. Apelou para que seja resolvida a situação feita pelo mandato socialista a de criar um Parque Municipal numa zona que seria excelente para habitação, não possuindo este equipamento qualquer tipo de cobertura para os veículos do município. Caso o autocarro continue ao ar livre irá verificar-se o que se verificou facto que está longe dos nossos objetivos pelo que reiterou o seu pedido para que este Executivo tome um procedimento para que tal situação não se venha a verificar. -----

-----Terminou, elogiando a Câmara Municipal por divulgar e promover o comércio local aquando comemoração de algumas datas festivas do nosso calendário, crendo não ser por acaso que na zona história da vila estão a ser estabelecidos novos espaços comerciais uma vez que existe uma nova dinâmica concelhia e também um incentivo para que os residentes consumam no comércio local sendo este um fator importante para que muitos se estabeleçam dando uma nova vida à vila, nomeadamente ao centro histórico cuja maioria dos moradores já se encontra numa faixa etária avançada, sendo também importante e urgente pensar em estratégias de habitação e de empresas para renovação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nosso centro histórico.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em relação à cobertura necessária para as viaturas a Câmara Municipal tem noção dessa mesma necessidade, referindo que também está a ser renovada toda a frota automóvel, estando em estudo qual a melhor opção, bem como a possibilidade de alargamento desta infraestrutura. Sobre a EN342 referiu ter estado reunido com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas a fim de solicitar para que o projeto da referida via não caísse e que o mesmo fosse reativado pelo facto deste concelho necessitar de uma via estruturante sendo Góis o concelho mais prejudicado em relação a concelhos vizinhos, tendo obtido como resposta que o Plano Nacional de Investimentos não prevê obras em infraestruturas rodoviárias, estando previsto em PRR única e simplesmente o IP3. Pelo que este é o interesse que existe no interior, sendo também a vontade que estes territórios possam ser mais atrativos, continuando a pugnar para que possamos ter uma via estruturante. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal lamentou a atitude do governo central e das entidades competentes de não olharem para o nosso território com discriminação, mas pela positiva, não pela negativa.-----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que apesar de existirem algumas questões já apresentadas na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia aprez-lhe fazer referência à instalação da bomba de captação de água para os bombeiros tendo o senhor Presidente procedido ao devido esclarecimento esperando que a mesma seja célere por se entender ser importante e estruturante no combate a incêndios rurais. Quanto à estratégia local de habitação referiu que também foi dada informação da existência de duas habitações nesta fase inicial do projeto, porém terá que ser pensado de uma forma estruturante porque a habitação é um dos problemas que nos afeta, salientando parecer um paradoxo porquanto por um lado temos pouca gente, mas por outro, diariamente, deparamo-nos com falta de habitação na freguesia de Alvares, sendo que presentemente se houvesse habitação disponível haveria mais pessoas a fixar residência nesta freguesia. Sobre processos de obras particulares referiu a existência de algumas reclamações por parte dos seus fregueses no que concerne à morosidade dos projetos serem analisados e aprovados por parte da Câmara Municipal pelo que solicitou que haja uma maior agilização de todo o processo. Relativamente à transferência de competências para as freguesias referiu que, na sua ótica, é a decisão política de quem está nos órgãos do poder em entender ou não o que é o trabalho político, salientando que a política é arte do bem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer em que cada um tenta fazer o melhor que pode e sabe, mas de facto se não tiver instrumentos financeiros e recursos humanos dificilmente o fará, pelo que poderá efetivamente ser uma pessoa empreendedora com ideias e dinâmica, mas de facto há questões estruturantes que são fundamentais, ou seja, os recursos financeiros e humanos. Referiu que efetivamente os referidos recursos são um problema nas freguesias nomeadamente as do interior, realçando que vive o drama da limpeza de 36 aldeias quando algumas destas têm uma dinâmica própria que justificava que fossem limpas duas vezes, não tendo capacidade para o fazer sendo frustrante uma vez que nem esse trabalho de base consegue realizar como o desejável. Neste sentido, referiu ser a favor da transferência de competências para as áreas que possa fazer melhor do que a Câmara Municipal, uma vez que tudo aquilo que a Câmara Municipal faz melhor que a Junta de Freguesia está muito bem, por isso aquilo que o governo faz bem deve fazer, aquilo que faz menos bem encontra-se em curso um processo de transferências para os municípios, porque fazem melhor e, com as juntas de freguesia deverá ser também tomado esse mesmo procedimento, não devemos ter complexos sobre esta matéria porque de facto a proximidade é aquilo que valoriza o nosso trabalho autárquico. Ainda sobre as suas últimas palavras referiu que numa sondagem do jornal Expresso a figura que aparece de maior confiança dos portugueses é a junta de freguesia. Terminou referindo que da parte da freguesia que preside terá sempre o apoio para que se faça essa transferência, delegação, ou contratos-programa, sendo tudo uma questão de decisão política e da vontade dos lugares que se ocupa independentemente das leis, uma vez que as mesmas existem para justificarem as imperfeições do homem, porque o ser humano se fosse perfeito não eram necessárias leis, sendo estas mutáveis, ou seja, presentemente pode ser válida e num futuro poderá ser alterada se não for ajustada à realidade.-----

-----De seguida, questionou sobre o ponto de situação da revisão do PDM, bem como se existe algum projeto para a casa existente na Quinta do Baião.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a instalação da bomba referiu que as obras têm início na próxima semana. Em relação à questão da habitação trata-se de um assunto que terá que ser muito bem pensado e ponderado, referindo que temos que ter em conta a nossa realidade, ou seja, temos um município de pequena dimensão, com poucos técnicos, precisando de recorrer a serviços externos que vão estar sobrecarregados e com muita procura porquanto irão ser muitos municípios a tomar esse mesmo procedimento, acrescentando que no futuro são serviços que irão estar associados aos Municípios porquanto se prevê que serão transferidos para a posse dos Municípios, não somente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por esse facto, mas também pelo prazo de execução porquanto é curto que temos que ter conhecimento se temos ou não capacidades. Referiu que a opção tomada foi a de consultar alguns agentes imobiliários do concelho para nos informarem da disponibilidade de habitações para venda e daquelas que necessitem de menos intervenção e possam ser rapidamente disponibilizadas uma vez que são financiadas pelo IHRU. Além da celeridade e da decisão rápida é preciso haver também alguma ponderação e olhar para aquela que é a nossa realidade. -----

-----Relativamente à transferência de competências referiu partilhar da posição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares salientando que a Câmara Municipal desejava ter uma verba substancial disponível para poder dar às freguesias para poderem exercer as competências de acordo com o que devia ser, mas infelizmente o orçamento municipal também é o que é sendo também a nossa realidade completamente diferente das grandes freguesias e municípios. O Município de Góis manterá a sua posição de colaborar com as juntas de freguesia porquanto entende que devemos todos ter como princípio servir o munícipe e o freguês e podermos todos de uma forma equilibrada, racional e com bom senso poder direccionar a nossa atividade e procedimentos para isso.-----

-----Relativamente ao PDM referiu estar na fase de concertação de algumas situações tendo prestado algumas esclarecimentos sobre este processo. Relativamente à Quinta do Baião referiu que está num processo de avaliação, há já algum tempo, havendo um investidor interessado, sendo um processo que pelos valores que implica terá que ser objeto de deliberação da Câmara Municipal, bem como de procedimento concursal pelo facto de poder haver outros interessados.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão pelas 19.43 horas, por um período de dez minutos, tendo se reiniciado pelas 19.53 horas.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE GÓIS/ALÍNEA E), DO ARTIGO 157º DO DECRETO-LEI N.º 202/2004, DE 18 DE AGOSTO**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com a alínea e), do artigo 157º do Decreto-Lei nº202/2002, de 18 de agosto, é competência a Assembleia Municipal eleger um autarca de freguesia para o conselho Cinegético Municipal. Neste sentido, questionou os Grupos Municipais se teriam propostas a apresentar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor líder da bancada do PSD referiu que a proposta a apresentar pelo senhor líder de bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, foi acordada com a sua bancada.---

-----O senhor Líder da bancada do PS referiu corroborar com a proposta que irá ser apresentada pelo líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis.-----

-----O senhor líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis apresentou como proposta o autarca Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. -----

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo questionou de quem é a competência de nomear os três representantes dos caçadores do concelho uma vez que segundo a legislação o representante de freguesia é eleito em sede da Assembleia Municipal.-----

-----Sobre essa questão a senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ter tido essa mesma dúvida uma vez que a legislação não especifica a forma de eleição dos restantes membros Conselho Cinegético Municipal.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto às restantes nomeações a entidade competente é o ICNF competindo à Assembleia Municipal eleger um autarca de freguesia.-----

-----Dada a palavra a senhora Adjunta do GAP, Dr.ª Paula Matos, referiu que o Conselho Cinegético Municipal de Góis já se encontra constituído pelo que fruto das últimas eleições autárquicas é que terá de ser eleito um novo representante das freguesias. -----

-----Posto à votação, por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, eleger o Carlos da Conceição Jesus, Presidente da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, para o Conselho Cinegético Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2/ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia treze de junho de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que apesar de a Rota da EN2 se traduzir numa mais valia para o concelho entende que a EN 2 deverá, no nosso concelho, estar limpa no que concerne às

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faixas de gestão.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura antes de tecer qualquer comentário ao assunto em questão aprez-lhe mencionar que não podemos deixar de ficar estupefactos quando o senhor líder da bancada do PSD fala em paz nesta Assembleia Municipal quando o próprio prima pela destabilização dessa mesma paz.-----

-----Relativamente à Rota da EN2 salientou a importância que a EN2 tem para o nosso concelho sendo do conhecimento geral que durante o período pandémico foi um dos grandes pontos turísticos impulsionadores do turismo para a nossa região continuando esta rota a trazer milhares de visitantes a Góis, parte destes somente de passagem, havendo os que optam por parar e visitar alguns pontos turísticos. Mais referiu esperar que este projeto de interesse municipal possa vir acompanhado de outras propostas de beneficiação e promoção da EN2 por parte do Município de Góis.-----

-----O senhor Amílcar José Barata Aleixo referiu que a Rota da EN2 é um projeto importante para o concelho pelo facto de trazer muitos visitantes facto que é de salutar. Ainda sobre a EN 2 mencionou que o troço da Portela do Vento-Alvares necessita de alguns melhoramentos, nomeadamente na parte Chã de Alvares-Santa Margarida-Alvares, ou melhor, cruzamento da Relva da Mó-Alvares, uma vez que as bermas foram ocupadas pelos railes, os peões deslocam-se no alcatrão, circulando as motas, por vezes, a grande velocidade, tendo presenciado algumas quedas pelo facto de a estrada ter estreitado Verificando-se ainda que os veículos pesados têm dificuldade em se cruzar com outros de igual dimensão, sendo as lombas mais do que muitas, sendo que o alcatrão, em algumas bermas, é desnivelado levando a que os motociclos caiam. Referiu ainda que a proposta apresentada refere ser imperioso que todos os *“Municípios bafejados pelo asfalto da EN2 reconheçam de forma explícita e inequívoca a sua importância e influência (...)”* realçando que para isso aconteça a Associação de Municípios da EN2 tem de nos ajudar e também a Câmara Municipal em virtude de a segurança ser bastante importante para quem circula nesta via. Mais referiu que se agradou de ver a requalificação do miradouro existente na EN2 o qual tem uma vista esplendida para a vila de Góis felicitando a Câmara Municipal pela beneficiação deste mirante, reiterando a necessidade de requalificação do miradouro existente em Alvares.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a solicitação de reconhecimento da Rota da Estrada Nacional 2 como Projeto de Interesse Municipal vem na sequência de que a Associação de Municípios da EN2 possa recorrer a fundos comunitários, sendo que ser de interesse municipal é um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fator de primordial importância. Referiu ainda que no aniversário, do passado ano, foi preferido por um membro do governo que o orçamento de estado iria ter um fundo para que os Municípios da EN2 pudessem fazer intervenções em equipamentos e melhorias, facto que não foi contemplado no O.E., pelo que a ideia de declarar a Rota da EN 2 como projeto de interesse municipal vem no sentido de poderem ser apresentadas candidaturas a alguns fundos para que se possam fazer algumas intervenções em alguns equipamentos. Em relação ao miradouro de Alvares referiu terem sido dadas indicações a uma Técnica da Câmara Municipal para se deslocar ao local para poder apresentar uma proposta de requalificação.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que por se falar em mirantes faria também todo o sentido a instalação de um na zona do Arrassaio, Vila Nova do Ceira.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo contempla uma zona de vista no local em questão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, declarar a Rota da Estrada Nacional 2 como Projeto de Interesse Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que no parcelar da Câmara Municipal o senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, refere que “*estar-se a aumentar o período de isenção*”, referindo que o referido regulamento não previa qualquer período de isenção, sendo que somente a proposta apresentada pelos Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis é que é nesse sentido, a qual foi aprovada por maioria.-----

-----O senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira referiu que o Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais foi aprovado em Assembleia Municipal em 05.12.19 e, posteriormente, publicado em D.R. a 31.01.20, tendo o parquímetro sido colocado num período posterior. Referiu que estamos perante um assunto no qual não temos conhecimento da receita que a Câmara Municipal teve da utilização deste equipamento. Caso venha a ser aprovada a presente proposta referiu que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal já teve um custo no que concerne ao software, não se tendo conhecimento qual o resultado dos primeiros 15 minutos, com um custo de 0.10 cêntimos, realçando que quando foi deliberado esse mesmo custo teve, ia ao encontro do propósito do regulamento. Mais referiu ser com alguma surpresa que presentemente somos confrontados com uma nova proposta sem que para o efeito tivesse havido, previamente, um estudo, nomeadamente no que concerne à receita proveniente do funcionamento deste equipamento. Referiu ainda que os primeiros 30 minutos a serem isentos concluiu-se que temos um parquímetro que após as 17.30 horas é gratuito, tendo em conta que das 18.00h às 08.00h é gratuito. Pelo que reiterou ser prematuro estarmos a votar uma alteração à tabela de taxas sem qualquer estudo que fundamente essa mesma alteração sendo de todo importante ter-se conhecimento do impacto tido do pagamento dos 0.10 cêntimos nos primeiros 15 minutos de utilização, lembrando ser objetivo desse mesmo pagamento que o utilizador, nesse período de tempo, pudesse fazer organizar o seu tempo para poder dar a vez a outro utilizador. Lembrou que são somente 5 lugares pagos, quando a 30 metros existe um conjunto de estacionamento gratuitos, ou seja, na Praça da República o pagamento é obrigatório, mas no Largo do Pombal é totalmente gratuito. Concluiu referindo que a presente proposta é precipitada fazendo todo o sentido a mesma ter-se feito acompanhar com um estudo, realçando que ao se alterar também ter-se-á que alterar o software, que trará mais custos à Câmara Municipal.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que quando se colocou o parquímetro na Praça da República não foi com a intenção da Câmara Municipal arrecadar receita, concordando não existir qualquer justificação para se isentar os primeiros 30 minutos, uma vez que não se irá ter conhecimento de quanto tempo é que a viatura estará ali estacionada, uma vez que o condutor de 30 em 30 minutos poderá alterar o comprovativo de estacionamento, não havendo forma de justificar se alterou ou não o referido comprovativo. Face ao exposto, referiu fazer todo o sentido o automobilista proceder ao pagamento do estacionamento para que opte por organizar o seu tempo em função do valor que pretender despende ao ali estacionar a sua viatura.-----

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves referiu que compete à senhora Presidente da Assembleia Municipal dirigir os trabalhos e manter a disciplina nas sessões, referindo ainda que já assistimos a algumas fitas de se estar a discutir um assunto e colocam-se outros em cima da mesa.-----

-----Sobre essa questão a senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ser o que o senhor Nuno Miguel Almeida Alves presentemente se encontra a fazer.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Dada a palavra o senhor Nuno Miguel Almeida Alves referiu que desejava que não tivesse essa tolerância nem consigo, nem com nenhum outro membro, para que os trabalhos decorram de forma adequada.-----

-----Relativamente ao ponto em discussão referiu que a sua palavra é dirigida aos proponentes da presente proposta, sendo que em primeiro se dirige ao PS por estranhar que se tenha associado à mesma, por ter sido o PS e, na sua opinião bem, que investiu meio milhão de euros para requalificar o nosso centro histórico, tendo definido como prioritário nesta zona o peão, havendo dois sinais que nos indicam que o peão tem prioridade, e hoje, o PS apresenta uma proposta de isenção de 30 minutos para o automóvel, sendo claramente um incentivo ao uso do automóvel nesta via central, pelo que se calhar era altura de deixarmos os carnavais e as pontes de madeira e começarmos a discutir política séria e honesta, em virtude do PS ter investido meio milhão de dinheiro público, pelo que questionou qual o propósito dos Vereadores, salientando a existência de cinco lugares disponíveis. Referiu ainda se não existe a ótica utilizador-pagador pelo que entende que irá ser um circo que ninguém irá controlar pelo que somente existem leis para que sejam as mesmas cumpridas sendo que se não são para se cumprirem poder-se-á enveredar pela sua não inexistência. Questionou os senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis de quantos comerciantes locais, inseridos nesta área que abrange os estacionamento, consultaram para perceber se tem ou não enquadramento esta ótica de isenção de 30 minutos. Referiu que quando é apresentada uma proposta é em benefício dos beneficiários desta área pelo que desejava saber em que é que se basearam, quantas pessoas foram beneficiadas, bem como o resumo da ideia a que levou a gerar a proposta em questão indo completamente ao encontro à proposta que o PS realizou com a execução desta obra. --

-----A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta referiu que apresentar uma proposta de isenção para cinco lugares de estacionamento efetivamente é pensar em coisas pequenas e sem grande interesse, facto por todos discutidos tanto em termos de período a isentar ou não, bem como não há interesse na receita que o Município arrecada, tendo também sido um grande investimento tendo efetivamente sido para a conduta das pessoas melhorar. Efetivamente não é como o José Carlos Rodrigues Garcia referiu que poderá ter-se a conduta de 30 em 30 minutos colocar um novo ticket para não proceder ao pagamento. Referiu que no parcelar da Câmara Municipal o que a chamou a atenção foi a frase proferida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal que mencionou que “numa primeira fase *“numa primeira fase, seria intenção que aquando a apresentação do documento outras*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

taxas fossem também objeto de alteração, porém ainda não nos foi possível concretizar esse trabalho face ao volume de trabalho e ao número de trabalhadores atualmente disponível para exercer essas mesmas funções.”, tendo com estas palavras ficado preocupada em virtude do volume de trabalho ser assim tão grande que não se pudesse decidir sobre o assunto das taxas. Neste sentido, referiu ter tido como procedimento consultar o PORDATA para consultar o número de trabalhadores tendo verificado que o Município de Góis tem 176 trabalhadores da administração local, tendo 3826 habitantes, referindo que o Município de Vila Nova de Poiares tem o dobro de habitantes tendo 104 trabalhadores da administração local, sendo que o Município da Lousã tem quatro vezes mais população e tem 179 trabalhadores da administração local, apenas mais 3 trabalhadores que o Município de Góis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta antes de ter feito a sua intervenção deveria ter primeiramente se informado melhor, porque certamente iria interpretar as suas palavras, ou seja, quando a sua pessoa, em sede do Executivo, se referiu ao número de trabalhadores referiu-se apenas ao trabalhador que tem que elaborar o referido procedimento, referindo que o serviço de contabilidade tinha uma técnica que esteve encarregue de efetuar o trabalho em questão e que foi trabalhar para o Município da Lousã, tendo ficado com o seu trabalho o novo técnico, recentemente recrutado e que fez a presente alteração às taxas não tendo sido possível efetuar alteração a outras taxas face ao período de tempo em que se encontra a trabalhar na Câmara Municipal, não tendo as suas palavras a ver com a totalidade do número de trabalhadores existente na Câmara Municipal.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão primeiramente congratulou-se pela presente proposta estar a ser discutida nesta Assembleia Municipal, lamentado pelo facto de a mesma ser presente após um ano da sua apresentação, em sede do Executivo, lamentando também não terem sido presentes a alteração a outras taxas, como era pretendido. Referiu que o senhor Presidente mencionou que somente tinha uma técnica superior para efetuar este serviço, tendo a mesma ido embora, e que o novo técnico apenas teve tempo para fazer a presente alteração, o que a leva a afirmar que com certeza outro técnico se assim o tivessem solicitado também teria procedido a esta alteração. Sobre a intervenção do senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira em que referiu que o custo do novo software irá ser elevado, bem como a do senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta que afirmou que temos que fazer política séria leva-a a pensar que neste órgão se faria política séria pelo que se entendesse que seria o contrário não teria a sua pessoa integrado uma lista candidata ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

órgão deliberativo. Ainda sobre o software referiu que possivelmente ainda não deve ter sido pago uma vez que o parquímetro passa maior parte do tempo avariado, se calhar dever-se-ia desligar para sempre, mas aprez-lhe mencionar que apoia a proposta apresentada pelos senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis sendo que irá votar a mesma favoravelmente.---

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com oito votos a favor, duas abstenções, e nove contra, não aprovar a alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia apresentou a seguinte declaração de vota: “Não é o período de isenção 30 minutos que fará a diferença na utilização do estacionamento, sendo este o fundamento para se abster na votação do presente assunto.”-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO OFICIOSO PRÉ-CONTRATUAL TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO AO OPERADOR TRANSDEV INTERIOR, S.A.-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade: -----

-----1) Dar início formal e oficioso ao procedimento tendente à celebração de um aditamento ao acordo de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador Transdev Interior, S.A., ao abrigo do artigo 201.º do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho;-----

-----2) Submeter à pronúncia do operador Transdev Interior, S.A. a minuta do aditamento ao acordo (em anexo à presente deliberação), em sede de audiência prévia, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação determinada no ponto anterior da presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;-----

-----3) Na sequência da sua aceitação pelo operador, submeter a minuta do aditamento ao acordo referida no ponto anterior da deliberação à apreciação prévia da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

78/2014, de 14 de maio. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2022-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia treze de junho de dois mil e vinte e três, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu estarmos perante um documento que se traduz no resultado das contas com a integração das empresas, sendo que da análise feita ao documento tem uma dúvida tendo para o efeito citado *“O aumento apresentado nos rendimentos é justificado maioritariamente pelo aumento da rubrica Reversões, num total de cerca de 707.000 €. Na referida rubrica, a reversão com maior impacto é a referente à provisão constituída em 2021 no valor de 691.525,48€ relativa ao processo judicial 110/18.8BECBR que se trata de uma ação administrativa relativa ao incumprimento, por parte do Município da Pampilhosa da Serra do Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa celebrado pelos dois intervenientes em 22/08/2006.”*, sendo que também no documento, no anexo V é feita referência ao valor de 400.000,00€ referente ao mesmo processo, pelo que questionou o porquê da diferença existente relativamente aos valores. Referiu que apenas somente agora é que tivemos acesso a um conjunto de informação importante sendo exemplo disso o aumento das rendas, do trabalho extraordinário, subsidio de prevenção, do trabalho noturno, entre outras, havendo rubricas com valores quatro vezes superior aos do ano anterior. Referiu ainda que os valores apresentados sobre a APIN e a Município levam a que fosse escrita a seguinte frase *“Estes procedimentos irão ter impacto significativo na demonstração de resultados de 2023.”*, facto motivo de sua preocupação porquanto o resultado do ano em curso para o ano de 2024 o resultado não seja - 20.000,00€, mas sim um valor negativo superior. Reiterou a sua questão quando à diferença de valor no processo acima mencionado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Técnico João Gonçalves para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra o Técnico João Gonçalves referiu que o valor correto é efetivamente 691.525,48€.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte sobre a análise feita fez referência ao Anexo V em que faz referência aos bens que devem ser considerados como Propriedades de Investimento, nomeadamente à existência de 3 lotes na zona industrial de Cortes (Maria paz de cima) referindo que um dos destes já foi vendido há mais de dois anos. Questionou o porquê do bar de apoio à praia fluvial de Alvares não constar no citado quadro e também das casas, património do Município de Góis, no Bairro Fernando Carneiro, em Góis. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Técnico João Gonçalves para se pronunciar sobre a questão apresentada.-----

-----Dada a palavra o Técnico João Gonçalves referiu que em virtude de não poder dar uma resposta concreta solicitou que possa verificar, posteriormente à presente sessão, as questões e remeter à Assembleia Municipal uma resposta adequada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Prestação de contas Consolidadas/Ano2022, apresentando no exercício de 2022 e em termos numéricos os seguintes valores:-----

-----Relativamente ao Balanço:-----

-----Total do ativo: 33.279.254,59€;-----

-----Património Líquido: 28.370.046,49 €;-----

-----Passivo: 4.909.208,10 €.-----

-----Relativamente à Demonstração de Resultados por Natureza:-----

-----Rendimentos: 8.264.348,51€;-----

-----Gastos: 8.410.518,01 €;-----

-----Resultado líquido do exercício: -146.169,50 €;-----

-----Relativamente a Demonstrações de Fluxo de Caixa:-----

-----Recebimentos: 7.635.153,32€;-----

-----Pagamentos: 8.338.009,29 €;-----

-----Relativamente à Demonstração de desempenho orçamental:-----

-----Recebimentos: 9.440.274,97€ (orçamental) e 76.526,58€ (operações de tesouraria);-----

-----Pagamentos: 8.053.401,38€ (orçamental) e 284.607,91€ (operações de tesouraria);-----

-----Saldos iniciais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.881.648,23€;-----

-----Saldos iniciais de operação de tesouraria do desempenho orçamental: 585.034.47€;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Saldos finais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.386.873,59€;-----

-----Saldos finais de operações tesouraria do desempenho orçamental: 376.953,14€.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----6. CONHECIMENTO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2022-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento preliminar do Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas Consolidadas/Ano 2022, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----

-----7. CONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO PERIÓDICA DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2023-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Assembleia Municipal em 28.12.2022, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Face ao exposto, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.04.2023 e 31.05.2023.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão sobre o Eco Movimento – Prestação serviços administrativos questionou quais foram os serviços administrativos, bem como quais os locais/serviços onde foram colocados os dispensadores de água constante no “alugueres de dispensadores de água”.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os dispensadores de água foram colocados em diversos serviços da Câmara Municipal, sobre o Eco Movimento referiu tratar-se dos oleões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocados em diversos locais no concelho. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a AREAC, entidade da qual o Município de Góis também faz parte, teria um projeto neste sentido não sabendo se se trata da sua implementação no nosso território.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu não se tratar do mesmo projeto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----8. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA-----

-----A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão questionou sobre a celebração de contratos, ou seja, todos os contratos mencionados no documento têm o objeto à exceção do Cordial Consultores, Lda, somente refere procedimento ajuste direto, no valor de 19.200,00€-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata da Estratégia Local de Habitação.-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----APROVAÇÕES EM MINUTA: -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a seis da Ordem do Dia. -----

-----**PÚBLICO:** Não houve intervenções por parte do público presente.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e treze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)



Góis
município

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)